

A ETNOGRAFIA URBANA, O ISOLAMENTO E AS PESQUISAS EM SEXUALIDADES EM TEMPOS DE COVID-19

Um olhar partindo da amazônia



Milton Ribeiro

Universidade do Estado do Pará

A atual pandemia de covid-19, causada pela circulação do SARS-Cov-2 (que é o coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2), trouxe inúmeras questões para as Ciências Sociais, de forma geral, na medida em que ele oportunizou uma reflexão sobre a nossa consciência global baseada nas mudanças profundas de determinados modos de vida¹.

Se tomarmos a globalização como objeto de análise, teremos aí uma chave interessante para pensar a propagação dessa pandemia do norte para o sul global: os processos de assimetria nas distribuições de bens e recursos de combate ao vírus, o papel das instituições e do Estado para o seu enfrentamento e, por fim, mas não somente, as políticas de isolamento e cuidado empregadas pelos diferentes dos países.

No entanto, o impacto no mundo em termos dos aspectos sanitários e econômicos acabou por revelar as mazelas dos países do sul global, dos chamados países em desenvolvimento, e das facetas cruéis dos modelos neoliberais e capitalistas. Isto é, essa crise pandêmica nos aponta os seguintes problemas: a) ético – quando pensamos em como os nossos comportamentos e hábitos estavam em descompasso com o que é considerado como moralmente higiênico; b) político – quando nos questionamos sobre os avanços da pandemia para lugares distantes do norte

¹ Agradeço às leituras de Ramon Reis e Bruno Domingues da primeira versão desse texto e aos palpites sobre como melhorá-lo; espero ter achado o tom!

global e na falta de controle social para pressionarmos as instituições e o Estado; e c) sanitário – se pensarmos a respeito da falta de políticas sanitárias e de saúde que atendam a maioria das populações afetadas pelo covid-19. Estes três aspectos evidenciam as mazelas apontadas acima e um número elevado de morte por falta de recursos básicos.

Um questionamento importante para a Antropologia neste momento diz respeito ao mundo pós-pandemia. Ou como será o “novo-normal”². Se é que é possível pensar de que normalidade se trata, uma vez que para algumas populações o impacto da pandemia não mudou os sentidos de viver e agir sobre o mundo. Isto é, a aposta para o *novo-normal* era que as relações sociais passariam por grandes transformações e os contatos pessoais não seriam mais os mesmos: não abraçaríamos, não beijaríamos e tão pouco manteríamos relações sexuais, ou muito íntimas, com as pessoas próximas, mantendo o distanciamento e a prevalência da higienização. Dizia-se que menos gente nas ruas, lugares mais vazios e menos contato entre as pessoas seriam parte do novo-normal. Porém, o que se viu no pós-*lockdown* foram shopping centers lotados, filas imensas e muitas trocas de afetos. Ou seja, as dinâmicas de consumo e comércio continuam as mesmas, pautando as escolhas e formas de sociabilidade.

Nesse contexto, sugiro que a Antropologia deve voltar seu olhar para entender os sentidos do isolamento social – que é a proposta mais amplamente aceita por pesquisadoras/es da área da saúde para minimizar os efeitos da transmissão do covid-19 – e as novas configurações sociais pós-pandemia. Isso juntamente com a proposta de mobilizar tecnologias para mitigar o impacto da pandemia em camadas sociais em *vulnerabilidade*, como as mulheres, as crianças, as populações indígenas, as pessoas negras, as pessoas LGBT e as pessoas em cárcere, por exemplo. E, quem sabem, aprendamos com o saber tradicional de populações que já viviam em isolamento, ou reclusão espontânea, como alguns ribeirinhos e povos da floresta, para citar apenas alguns.

A Antropologia ocupa um lugar ainda mais importante nesta discussão sobre pandemia e isolamento na medida em que o debate sobre a origem do vírus mobilizou um ataque racista aos grupos asiáticos, principalmente chineses, chegando ao ponto de alguns grupos conservadores denominarem “o

² Para pensar em termos conceituais e êmicos, ver Schirato (2020).

corona”, como vem sendo chamado popularmente, de “vírus chinês”. E em um misto de *negacionismo* e propagação de *fake news* criou-se a narrativa de que os chineses seriam os responsáveis pela pandemia de SARS-Cov-2.

A rápida propagação do vírus no mundo, e no Brasil, causou surpresa quando algumas regiões, como a Amazônia, foram destaques negativos no combate ao vírus, com o Amazonas, por exemplo, sendo um dos estados brasileiros com o maior índice de mortes por covid-19 no Brasil: em junho, de acordo com a Secretaria de Estado de Saúde (SUSAM), a taxa de ocupação de leitos de UTI Covid era 59% e a de leitos clínicos Covid eram 29%; em comparação, a taxa de UTI não-Covid era de 66% e a de leitos não-Covid eram de 58%, respectivamente³. No Pará, os registros de morte e isolamento ascenderam em uma relação diretamente proporcional: quando os índices de isolamento afrouxaram, aumentando a presença das pessoas nas ruas, o número de mortes subiu. E mesmo com a tentativa do governo estadual paraense de construir políticas de isolamento, os índices não diminuem: em julho, o Estado do Pará já contava com 144.467 casos confirmados e 5.616 óbitos, com aumento na taxa média de 1,5% no primeiro caso e de 0,63% em comparação ao dia anterior à consulta⁴.

Tal reflexão sobre o local e o global, racismo e etnocentrismo, nas narrativas sobre *o corona*, ou até mesmo sobre o quê nos reserva o futuro, são caros à Antropologia porque estamos atravessando um período em que nos é permitido, mais uma vez, olhar para as diferenças. Seja as diferenças de *escala*, quando pensamos no impacto da pandemia no sul global, de como pessoas nessas regiões encontram-se em vulnerabilidade sanitária e de saúde; seja as diferenças de *cognição* e de *contato*, quando não compreendemos os sentidos dos modos de viver de populações diferentes das nossas, ou quando praticamos a intolerância com grupos culturais distintos dos nossos; seja as diferenças de *predição*, ou suposição do futuro das relações sociais.

Eu não quero aqui ser o profeta do *novo-normal*, senão refletir como o horizonte da Antropologia permite-nos pensar que uma etnografia em tempos pandêmicos é possível, que a etnografia é uma potência em termos de método para

³ Cf. <http://www.saude.am.gov.br/painel/corona/>

⁴ Para mais detalhes e acompanhamento diário sobre os casos de covid-19 no Estado do Pará, ver: <https://www.covid-19.pa.gov.br>. Consulta realizada no dia 22 jul. 2020.

investigações em situações de isolamento social e sob quais aspectos é possível pensar em pesquisas urbanas sobre sociabilidades e sexualidades em tempos de propagação de covid-19.

Mas para isso alguns empreendimentos serão necessários, como: pensar rapidamente sobre a história da antropologia e etnografia urbana: a técnica da observação participante como elemento fundamental na construção de uma narrativa etnográfica e as pesquisas urbanas sobre sociabilidades e sexualidades que nos apontam questões para pensar no modelo etnográfico e suas ressonâncias pós-epidemia.

Antropologia & etnografia urbana

A Antropologia já era considerada uma disciplina *moderna* durante as primeiras décadas do século XX quando, mais precisamente em 1918, irrompeu no mundo, e também no Brasil, o surto de *influenza*, a primeira pandemia do século passado, que já se alastrava no final da Primeira Guerra Mundial, e marcaria os modos de viver nas grandes cidades.

As clássicas monografias e ensaios dos chamados “pais fundadores”, que marcam o período áureo desta ciência, ainda não haviam sido publicadas⁵. No entanto, se o *exótico*, ou o pensamento (do) nativo distante geográfica e moralmente, ainda não havia sido exibido ao público, o *familiar*, que era o contexto urbano vivido pela maioria das/os antropólogos à época, irá encontrar ressonância no trabalho pioneiro de Antropologia Urbana, que marcará o início dessa subárea, e conjugará elementos metodológicos e interpretativos para os campos da Sociologia e Antropologia: o livro “The City”, de Robert Park, Roderick McKenzie & Ernest Burgess, publicado apenas em 1925.

Este momento da Antropologia ainda era ocupado com as estranhezas de mundos tão distantes, consideradas as perspectivas coloniais e imperialistas da época, criando assim uma premissa para estabelecer quem eram os “fora do eixo”: obviamente todos e quaisquer povos não-europeus, não-brancos e não-cristãos. Isso dividia, obviamente, o mundo da/o

⁵ “Os argonautas do Pacífico Ocidental”, de Bronislaw Malinowski, publicada em 1922; mesmo ano de publicação de “The Adaman islanders”, de Alfred Radcliffe-Brown; o “Ensaio sobre a dádiva”, de Marcel Mauss, publicado em 1925; e “*The mind primitive man*”, de Franz Boas, publicada em 1938 (Eriksen & Nielsen 2007; Rocha & Frid 2015).

pesquisador/a e do objeto de análise, fazendo com que pessoas e populações inteiras fossem vistas como objetos a serem revirados do avesso e ficassem sob o escrutínio das lentes antropológicas. E isso, certamente, causava reações do lado de lá, do lado *exótico*, apesar delas terem sido pouco eram registradas, quando o foram. E eis o ponto que eu pretendo destacar como relevante para o debate antropológico em tempos de pandemia: a relação entre antropóloga/o e nativa/o, ou a conduta da/o antropóloga/o quando na interação com seu campo de interlocução, neste caso, principalmente com as pessoas envolvidas nessa troca.

Aprendemos que o *anthropological blues* realiza-se na tarefa de submeter o que nos é exótico aos recônditos do familiar e, assim, ser capaz, depois de algum treinamento, de realizar a tarefa inversa: transformar o familiar em exótico (DaMatta 1978). Aprendemos isso como parte das primeiras lições em Antropologia. E parece-me que essa premissa fica cristalizada no exercício do que possa vir a ser uma pesquisa com proposta etnográfica. Os recursos do método, as técnicas de pesquisa e os procedimentos adotados pela grande maioria das/os etnógrafas/os urbanas/os leva em consideração alguma forma de contato físico, seja com o campo – em sua dimensão virtual – seja com as frentes de interlocução, pessoas ou situações, que permitam uma análise das relações ali presentes. A entrevista e a conversa casual tem sido ferramentas essenciais na compreensão das situações *em campo*, que logo depois são transformadas em situação *de campo* para melhor serem analisada à luz das teorias. Ou seja, o exercício familiar/exótico/familiar ganha forma a cada nova etnografia realizada.

A possibilidade de interpretar grande parte das etnografias urbanas a partir da ótica da sociabilidade e do uso da observação participante é interessante para pensarmos os limites do modelo etnográfico convencional – e desta técnica – em contexto pandêmico, assim como a possibilidade de superação, ou alargamento, das nossas capacidades interpretativas há muito reiteradas em nossos trabalhos sobre as cidades. Os etnógrafos de Chicago empreenderam as primeiras grandes interpretações sobre as cidades e as paisagens urbanas levando em consideração o modelo da ecologia humana, mas também levaram a cabo uma óbvia distinção entre os sentidos de comunidade e sociedade e os ideais de competição.

Desse empreendimento etnográfico nasceram importantes obras para os estudos urbanos em Antropologia⁶. E aqui cabe o destaque para *Sociedade de esquina* por já ter sido traduzida para o português brasileiro há certo tempo; e por ser uma referência bibliográfica nos cursos sobre estudos urbanos em Antropologia também faz um bom tempo. E foi com W. F. Whyte que os estudos urbanos projetaram o uso da observação participante como uma técnica válida para também pensarmos os nativos das metrópoles. O aprendizado desta técnica para aplicação em contextos não tribais auxiliou em seu alargamento para além das monografias clássicas junto a populações não-Ocidentais. Ganhou as ruas das grandes metrópoles. E, assim, flanou por recônditos tão longínquos como o Brasil. E por aqui ganhou novos e interessantes contornos.

O uso da observação participante em pesquisas urbanas no Brasil começa com os chamados *estudos de comunidade*. De Antônio Candido à Charles Wagley, passando por Gioconda Mussolini e Oracy Nogueira, e culminando nos trabalhos de Ruth Cardoso e Eunice Durham – em uma primeira fase –, esses trabalhos iniciaram o exercício da diversidade metodológica em estudos sobre as cidades interioranas ou as grandes capitais. (Magnani 2008). Observa-se aqui que estes trabalhos em áreas urbanas, ou nos interiores dos estados brasileiros, estavam sendo realizados no país durante a primeira metade do século XX. Neste momento, o Brasil ainda era considerado um país na periferia do capitalismo, com uma indústria de base dando seus primeiros suspiros, e um subdesenvolvimento ainda reinante.

Esses trabalhos revelaram a diversidade étnico-racial brasileira, mas centraram suas análises em parte do Brasil apenas, mas especificamente na região Sudeste. E mesmo os trabalhos que investigaram outras regiões do país, como o Norte ou o Nordeste, como no caso das pesquisas empreendidas por C.

⁶ “‘The Hobo’, de N. Anderson (1923), sobre o modo de vida de trabalhadores sazonais e andarilhos; ‘The Gang’, de F. M. Trasher (1927), um levantamento e descrição de gangues juvenis em Chicago; ‘The Ghetto’, de L. Wirth (1928), sobre o bairro judeu; ‘The Gold Cost and the Slum’, de H. W. Zorbaugh (1929), um estudo de seis “áreas naturais” com diferentes modos de vida de seus moradores, desde a classe superior até o mundo das pensões baratas; e, por último, ‘The Taxi-Dance Hall’, de P. G. Cressey (1932), análise dos personagens e regras que presidiam o funcionamento dos célebres salões de dança ‘por cartão’. Ainda que um pouco posterior, caberia nesta lista ‘Street Corner Society’, de W. F. Whyte (1943), estudo que utilizou a técnica da observação participante entre grupos de jovens de origem italiana em Boston” (Magnani 2008: 24).

Wagley, no Pará, e por Marvin Harris, na Bahia, ainda é possível enxergar um certo direcionamento na análise para entender o Brasil a partir da região com forte desenvolvimento industrial à época. A Amazônia era vista (e ainda é!) como lugar do vazio demográfico, da falta de civilidade, de urbanidade; o lugar distante, idílico, do atrasado, do passado colonial, da exploração e que, portanto, não deveria ser objeto de análise a não ser que fosse para revelar o quanto ela era diferente do outro Brasil. Esse tipo de análise, mais uma vez, levou-nos a considerar uma *oposição* entre o rural e o urbano ao invés de uma *relação*. E apesar de esta já ser uma discussão ultrapassada, penso que ela ainda nos permite pensar sobre o horizonte histórico e social das teorias sobre a Amazônia e seus povos, incluindo sua negação como um espaço urbano e disruptivo.

Um recorte possível nessa interpretação é a interlocução feita por Charles Wagley e Eduardo Galvão com as comunidades na Amazônia paraense. Da tentativa de compreender a *comunidade urbanizada* no Pará, às pesquisas com populações indígenas, com os Tapirapé e os Tenetehara, por exemplo, até chegar no estudo de ecologia cultural em Gurupá-PA, analisando “a adaptação do homem aos trópicos por meio da perspectiva do *continuum folk-urbano*”, esses pesquisadores tornaram possível a adaptação da técnica da observação participante ao contexto amazônico, além da emergência dos estudos urbanos na Amazônia (Costa 2009: 740).

A experiência de C. Wagley na Amazônia processou-se na interlocução com uma população em isolamento, em Gurupá (ou *Itá*), mas essa disposição existe em relação à posição política do município à época que pouco dialogava com a capital ou demais municípios da vizinhança, a não ser em dias de festividade (Ribeiro et al. 2017). O isolamento aí, portanto, não se deveu a nenhuma pandemia, mas a uma proposta ético-política de valorização de um modo de vida caboclo e ribeirinho. E essa é uma pequena amostra de como podemos aprender com os povos da Amazônia, invertendo lógicas e subvertendo práticas.

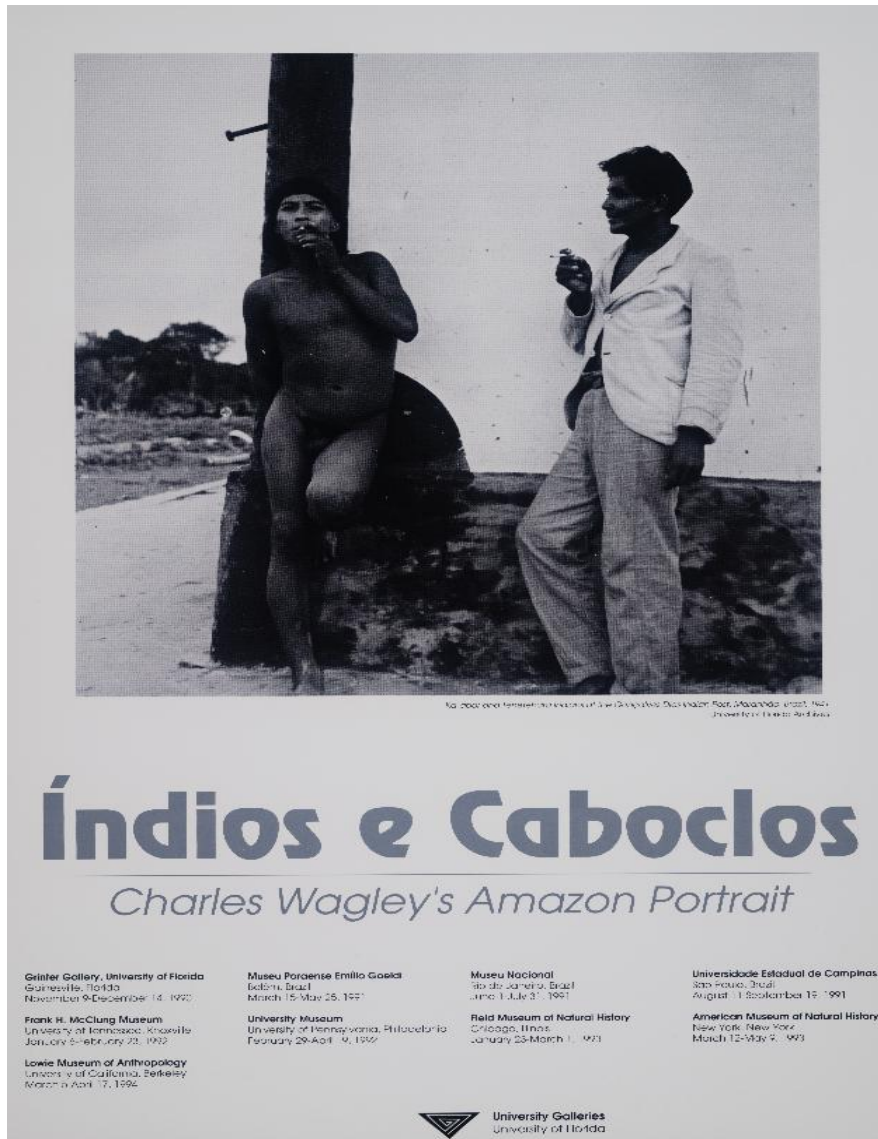


Imagem: Cartaz da exposição das fotografias de Charles Wagley na Galeria Grinter em 1990. Créditos: Universit of Florida Digital Collections, 2020.

Isolamento & etnografia

Sustentei até aqui que o horizonte de trabalho com sociabilidade urbana sobreviveu permeado pelos contatos eminentemente físicos, mas também mediados em certa medida pelos contatos virtuais, sejam eles possibilitados a partir das trocas de cartas, bilhetes, mensagens e fofocas, e/ou dos constituídos pelos modelos comunicacionais mediados pela internet, mas sempre prevalecendo a troca pela relação presencial, corpo-a-corpo, com confronto de alteridades – a da/o pesquisador/a e da pessoa de interlocução.

Os cenários das pesquisas em contextos urbanos e as relações sociais decorrentes delas a muito basearam-se na observação participante e nas trocas (pessoais, afetivas, sexuais...) com as/os interlocutoras/es como o melhor caminho para obter as informações e dados desejados. E esse cenário mostrou-se vantajoso para uma determinada geração de etnógrafas/os urbanas/os porquê era possível pensar nessas relações acontecendo enquanto era possível conversar face-à-face.

Então, retomo o questionamento feito no início do texto para pensar a condição do *novo-normal* e o seu impacto na produção de conhecimento em pesquisas urbanas sobre sociabilidades e sexualidades, uma vez que a maioria delas fez uso da etnografia como recurso teórico-metodológico. Tenho em vista também o fato que é imprescindível refletirmos sobre o futuro da pesquisa etnográfica, pois, como se percebe, há uma infinidade de trabalhos recortando de norte a sul aspectos relativos ao contato físico entre pesquisador/a e nativa/o (Facchini, Daniliauskas & Pilon 2013; Facchini, França & Braz 2014; Puccinelli, Ribeiro, Reis & Soliva 2014; França, Facchini & Gregori 2016).

Neste momento de pouca interação entre a/o antropóloga/o e seu campo, de mudanças estruturais nas formas de sociabilidade entre pessoas homossexuais e de isolamento social por conta da covid-19, como seriam possíveis as etnografias realizadas por Carmem Dora Guimarães, Néstor Perlongher, Maria Luiza Heilborn e Don Kulick?⁷ Essas etnografias, e as outras que viriam a conformar um vasto campo de estudo sobre sexualidades no Brasil, foram realizadas com base nas premissas metodológicas mais privilegiadas na Antropologia: o trabalho de campo etnográfico, a descrição minuciosa das relações e interações constituídas *em campo*, a análise do conteúdo de entrevistas longas e em profundidade e a comparação estabelecida entre espaços, tempos e discursos coletados durante o campo.

⁷ Estes trabalhos são alguns dos clássicos na área dos estudos sobre sexualidades no Brasil: a primeira autora realizou pesquisa com homens migrantes de pequenas cidades para grandes capitais, como o Rio de Janeiro, durante a década de 1970; o segundo pesquisou homens que viviam de *michetagem* no centro de São Paulo nos anos 1980; a terceira autora pesquisou casais em relação conjugal vivendo sob o mesmo teto; e o último realizou uma etnografia com travestis vivendo da prostituição em Salvador antes do processo de gentrificação (Puccinelli, Ribeiro, Reis & Soliva 2014).

A consolidação desse modelo de pesquisa aplicado às questões sobre sexualidades ainda é permanente, mas não é de uso exclusivo da Antropologia. Como demonstrei através de um mapeamento de monografias, dissertações, teses e demais trabalhos de conclusão de curso sobre o que denominei de *questões LGBT em pesquisas e na produção de conhecimento na Amazônia paraense*⁸ (Ribeiro 2012 e 2017), o uso da observação participante e das entrevistas é uma prática recorrente em diversas áreas de conhecimento que lidam com as questões relativas às sexualidades e identidades de gênero dissidentes e servem de sustentação às análises dos dados coletados em campo. Dos 71 trabalhos levantados até 2016, em áreas do conhecimento como Ciências Sociais, Psicologia, Enfermagem, Direito, História, Comunicação, Serviço Social, 21 deles tinham a sociabilidade como um indicador analítico de seus objetos de pesquisa: seja como elemento circunstancial, como nas investigações sobre encontros amorosos e nas relações com a religião, seja como elemento central, como nas pesquisas sobre o circuito de lazer e nas relações entre mulheres (Ribeiro 2017).

Os trabalhos elencados, e colocados sob a luz das análises sobre a Amazônia, mostram-nos que as experiências regionalidades e espacialidades *fora do eixo*, ou vista a partir da condição de subalternidade narrativa e discursiva (e nunca de experiência!), revelam que as teorias universais para pensar a sociabilidade e a experiência sexual não cabem (ou pouco explicam os acontecimentos) na Amazônia – lugar cifrado pela disrupção e quebra de paradigmas. É o que venho propondo ao pensar a Festa da Chiquita como momento de erupção de potências *periféricas*, étnico-racial e regionalmente marcadas pelo *camp*, escracho, fechação e ética do grito (Ribeiro 2012 e 2015).

⁸ A pesquisa foi desenvolvida nos anos de 2009, 2011 e 2016 usando as seguintes palavras-chave: homossexualidade(s), homossexualismo(s), homossexual(is), homofobia, homofobia, lesbofobia, transfobia, LGBTfobia, lésbica(s), gay(s), bissexual(is), bissexualidade, travesti(s), travestilidade, travestismo(s), transexual(is), transexualidade, transexualismo, transgêneros, GLS, GLBT, LGBT... (Ribeiro 2017: 34-35)



*Foto: Festa da Chiquita na Praça da República, Belém/PA.
Créditos: Milton Ribeiro, 2015.*

O isolamento faz-nos indagar sobre os nossos limites como etnógrafas/os urbanas/os ao passo que estamos engessadas/os em pesquisas de caráter empírico sem a possibilidade de interação com nossas/os interlocutoras/es face-à-face. E este momento traz novas perspectivas sobre o uso da etnografia e da observação participante nos contextos em que a sociabilidade é o *objeto* e a *relação social*. Sem dúvidas, o contexto pós-pandemia apontará para novas formas de contato e práticas de sociabilidade, visto que os espaços de lazer e diversão sofrerão, de alguma forma, com essa nova dinâmica do cuidado de si. E, assim sendo, será possível experimentar novas formas de fazer etnografia, na qual seja possível continuar mesclando possibilidades metodológicas distintas, que farão fruir novas análises e novas abordagens.

Portanto, o isolamento será mais um dado a ser investigado por nós antropólogas/os dos contextos urbanos. E, mesmo que as eventuais furadas de quarentena tenham valido denúncias nas redes sociais, é possível mensurar o impacto do período de claustro nas formas de sociabilidade pós-pandemia: nas novas formas de intervenção institucional e estatal adotadas para prevenção, nas novas éticas de cuidado e responsabilidade

consigo e com demais, nos novos modos de viver pautados em uma existência anticonsumista e privilegiando o contato com a natureza.

A Amazônia mostrou ao mundo um despreparo em termos políticos no combate à pandemia de covid-19; houve muitas mortes e alguns estados, como o Amazonas e Pará, foram centros de debates sobre como algumas políticas verticais surtiriam pouco efeito frente *ao* corona. No entanto, demos mostra de como modos de vida tradicionais, como os caboclos e ribeirinhos, sobressaíram-se na construção de novas éticas de respeito à natureza, de isolamento, de retorno aos modos de viver mais simples. É isso que, como antropólogas/os, devemos aprender: a dimensão de novas éticas conformando os novos modelos de pesquisa.

Referências bibliográficas

- COSTA, Antônio Maurício Dias da. 2009. “Pesquisas antropológicas urbanas no ‘paraíso dos naturalistas’”. *Revista de Antropologia* 52(2): 35-761.
- DAMATTA, Roberto. 1978. “O ofício de etnólogo, ou como ter *anthropological blues*”. *Boletim do Museu Nacional* 27: 1-12.
- ERIKSEN, Thomas; NIELSEN, Finn. 2007. *História da Antropologia*. Petrópolis: Vozes.
- FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana. 2013. “Políticas Sexuais e Produção de Conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões”. *Revista de Ciências Sociais* 44(1): 161-193.
- FACCHINI, Regina; FRANCA, Isadora Lins; BRAZ, Camilo. 2014. “Estudos sobre sexualidade, sociabilidade e mercado: olhares antropológicos contemporâneos”. *Cadernos Pagu* 42: 99-140
- FRANCA, Isadora Lins; FACCHINI, Regina; GREGORI, Maria Filomena. 2016. “Ville et différence : les études sur l'érotisme et la diversité sexuelle et de genre au Brésil”. *Brésil(s)* 9: 1-17.
- HANNERZ, Ulf. 2015. *Explorando a cidade: em busca de uma Antropologia Urbana*. Petrópolis: Vozes.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. 2008. “Quando o campo é a cidade: fazendo Antropologia na Metrópole”. In: José

Guilherme Cantor Magnani et al. (Orgs.). *Na Metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EdUSP; Fapesp.

PUCCINELLI, Bruno; RIBEIRO, Milton; REIS, Ramon; SOLIVA, Thiago. 2014. “Sobre gerações e trajetórias: uma breve genealogia das pesquisas em Ciências Sociais sobre (homo)sexualidades no Brasil”. *Pensata* 4(1): 9-47.

RIBEIRO, Milton. 2012. *Na rua, na praça, na boate: uma etnografia da sociabilidade LGBT no circuito GLS de Belém-PA*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais/Antropologia. Belém: PPGCS/UFPA.

_____. 2015. “E a Quadrilha Toda Grita... Viva a Filha Da Chiquita!?: notas etnográficas da Festa da Chiquita em Belém-PA”. *Ponto Urbe* [Online] 16: 1-19.

_____. 2017. “Homossexualidades e questões LGBT: pesquisas e produção de conhecimento na Amazônia paraense”. In: Marlene Rodrigues Medeiros Freitas (Org.). *Direitos humanos e educação básica: vivências e perspectivas*. Belém: UFPA. pp. 33-59.

RIBEIRO; Milton; RODRIGUES, Carmem. 2012. “Na rua, na praça, na boate: uma etnografia da sociabilidade LGBT no circuito GLS de Belém-PA”. *Ponto Urbe* [Online] 11: 1-22.

RIBEIRO, Milton et al. 2017. “Imagens de Itá – uma aproximação à trajetória de Charles Wagley”. In: Wilma Leitão (Org.). *Legados de Charles Wagley na Amazônia*. Belém: EditAEDI. pp. 276-292.

ROCHA, Everardo; FRID, Marina (Org.). 2015. *Os antropólogos: clássicos das Ciências Sociais*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC.

SCHIRATO, Maria Aparecida. 2020. Novo normal: entenda melhor esse conceito e seu impacto em nossas vidas. In: Site do INSPER. <Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/novo-normal-conceito/>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

UNIVERSITY OF FLORIDA DIGITAL COLLECTIONS. <Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/dlosawagley>> Acesso em: 22 jul. 2020.